



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNPG – BELÉM/PA

07 DE MARÇO DE 2024

Ata nº 01/2024 - Extraordinária

1. DATA, HORA E LOCAL:

Em 07 de março de 2024, às 10 horas, na Estação das Docas – Boulevard Castilhos França, s/n, em Belém/PA.

2. CONVOCAÇÃO:

Reunião Extraordinária convocada na forma estabelecida nos artigos 22, inciso I¹ e 23² do Estatuto Social da entidade, por meio do Ofício Circular n.º 19/2023/PRES, de 15 de junho de 2023.

3. PARTICIPANTES:

Realizada de forma híbrida, participaram da reunião os (as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) integrantes do colegiado do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União ou seus representantes, nominados na Lista de Presença que compõe a presente Ata, com as respectivas ressalvas de acompanhamento virtual, transmitido por meio de plataforma de videoconferência.

3.1. PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

César Bechara Nader Mattar Júnior
MPPA/Presidente CNPG 23/24

Érika Menezes de Oliveira
MPPA/Secretária-executiva CNPG
23/24

Ivana Cei
Conselheira CNMP

Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Conselheiro CNMP

Fernando Comim
Conselheiro CNMP

Rodrigo Badaró
Conselheiro CNMP

Fábio Stica
PGJ/MPPR

Georges Carlos Fredderico Moreira
Seigneur
PGJ/MPDFT

Danilo Lovisaro do Nascimento
PGJ/AC

Paulo Celso Ramos dos Santos
PGJ/MPAP

Alexandre Sikinowski Saltz
PGJ/MPRS

Pedro Maia de Souza
PGJ/MPBA

¹ Art. 22. O CNPG reunir-se-á extraordinariamente:

I - por convocação do Presidente, de ofício, ou atendendo a requerimento de 1/5 (um quinto) de seus membros;

² Art. 23. A convocação para reuniões extraordinárias e ordinárias será feita por ofício, podendo ser enviada por meio eletrônico, com indicação da pauta, dia, hora e local de sua realização, expedida com antecedência de 15 (quinze) dias, dispensado esse prazo em casos excepcionais.



Cyro Terra Peres
PGJ/MPGO

Alberto Rodrigues do Nascimento
Júnior
PGJ/MPAM

Antônio Pereira Duarte
PGJ/MPM

Haley de Carvalho Filho
PGJ/MPCE

Jarbas Soares Júnior
PGJ/MPMG

Luciano Oliveira Mattos de Souza
PGJ/MPRJ

José de Lima Ramos
PGJ/MPT

3.2. REPRESENTAÇÕES

Danilo de Alemida
Representante do MPMA

Jefferson Coelho
Representante PGJ/MPT

3.3. VIRTUAL

Gilberto Giacóia
PGJ/MPPR

Marcos Antônio Matos de Carvalho
PGJ/PE

4. ABERTURA:

O Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e anfitrião da Reunião Extraordinária, César Bechara Nader Mattar Júnior, iniciou a reunião saudando aos Procuradores-Gerais de Justiça integrantes do Colegiado e suas representatividades presentes, ao Representante do Procurador-Geral da República e Secretário de Relações Institucionais da PGR, Sílvio Amorim, ao Desembargador Alex Centeno, representante da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, ao Presidente da CONAMP, Manuel Murrieta, ao Presidente da AMPEP, Alexandre Tourinho, à Secretária-Executiva Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, Érika Menezes de Oliveira, aos Conselheiros Nacionais do Ministério Público, Antônio Edílio Magalhães Teixeira, Fernando Comin e Ivana Cei. Registra profunda gratidão aos presentes, desejando boas-vindas ao recém-empossado Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Pedro Maia de Souza e a todos os presentes na Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e no Congresso “O Ministério Público e a COP30 – Perspectivas e Desafios”. Informa que a palestra magna de abertura será



proferida pelo Governador do Estado do Pará, tendo o evento a participação de integrantes do Colegiado do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União como palestrantes. Registra a presença do Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Cláudio Bezerra de Melo e do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Sérgio Tiburcio dos Santos Silva, do Ex-Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, Marcos Antônio Ferreira das Neves, e a todos os presentes. Informa que no presente momento, busca retribuir a acolhida dispensada pelos demais estados com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Passada a palavra ao Representante da Procuradoria-Geral da República, Sílvio Amorim, este saúda aos presentes, agradecendo a acolhida e a receptividade, que reforçam a união em busca de melhorias para o Ministério Público brasileiro. Passada a palavra ao Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Desembargador Alex Centeno, este saúda aos presentes e ressalta a importância do evento e temática, considerando a realização da COP30 no ano de 2025. Antes de franquear a palavra ao Presidente do Tribunal e Contas do Município, Antônio José Costa Guimarães, o Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União ressalta o importante trabalho e futura parceria desse Tribunal com o Ministério Público do Estado do Pará, tendo por objeto melhorias direcionadas à Região do Marajó. O Presidente do Tribunal de Contas do Município saúda aos presentes, destacando o privilégio da abordagem do tema ambiental. O Presidente passa a palavra ao Presidente da AMPEP, Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, associação co-organizadora do evento, que saúda aos presentes, destacando a importância da união dos Ministérios Públicos em busca de discutir a problemática ambiental, dando boas-vindas aos presentes. O Presidente Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União registra a presença da Corregedora-Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, Deila Barbosa Maia. Franqueada a palavra ao Presidente da CONAMP, Manuel Murrieta, este saúda ao Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, aos demais integrantes do Colegiado e presentes, parabenizando o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e AMPEP pelo evento. A Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público, Ivana CEI parabeniza a Presidência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União pelo evento, ressaltando a importância de se discutir a Amazônia e o evento COP30 na própria Amazônia, uma vez que os temas serão debatidos por quem realmente conhece as particularidades e cultura da região. Parabeniza ao recém-empossado Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Pedro Maia Souza Marques. O Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União agradece às palavras proferidas pela Conselheira Nacional do Ministério Público, Ivana Cei, ratificando a importância dos temas abordados serem debatidos no Estado do Pará, integrante da Região Amazônica, possibilitando ao Colegiado do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e demais participantes, que



efetivamente conheçam e vivenciem a Região, considerando que muitas notícias são veiculadas de forma leviana, em especial no que refere à Região do Arquipélago de Marajó, onde Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União o Ministério Público do Estado do Pará e demais Instituições tem realizado importante trabalho voltado à educação, direitos humanos e área da infância e juventude, ressaltando que, em que pese os trabalhos desenvolvidos, a região é extensa, com dificuldades de acesso, sofrendo por disseminação de *fake news*, inclusive eleitoreiras. Solicitada a palavra pelo Conselheiro Nacional do Ministério Público Fernando Comim, este cumprimenta ao anfitrião, César Bechara Nader Mattar Júnior e demais presentes, concordando que, cada vez mais as pautas ambientais devem ser tratadas por quem vive a realidade regional. Cita boas práticas do Conselho Nacional no que refere a agendas como a descarbonização e a importância de pautas alinhadas entre o Colegiado de Procuradores-Gerais e o Conselho Nacional do Ministério Público, na busca de mais proatividade e inovações no âmbito do Meio Ambiente. Reitera ao Colegiado o interesse, enquanto Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Conselho Nacional do Ministério Público, na criação de programa de valorização permanente da Autonomia do Ministério Público brasileiro, centrado em 3 eixos: financeiro-orçamentário remuneratório, área finalística e político-institucional, solicitando a colaboração e contribuição de todos os Procuradores-Gerais de Justiça, visando ampliar tais debates. Agradece a gentileza com que foram recebidos pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e Ampep. Cumprimenta ao Presidente da CONAMP, Manuel Murrieta e ao Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Pedro Souza, exemplo de perseverança e humildade. Franqueada a palavra ao Conselheiro Nacional do Ministério Público, Antônio Edílio Magalhães, este agradece a calorosa acolhida do anfitrião e Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e dos demais paraenses presentes, que os recebem sempre com cortesia. Passada a palavra ao Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Sérgio Tiburcio dos Santos Silva, este cumprimenta ao Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, Presidente da Ampep e Presidente da Conamp, em nome dos quais saúda as demais autoridades presentes, sendo uma alegria receber a todos para tratar de temas relacionados ao meio ambiente, tão importante para a Região. Antes de passar a palavra ao Ouvidor-Geral, Cláudio Bezerra de Melo, o Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União registra que o pai do Ouvidor-Geral foi por nove anos Procurador-Geral de Justiça, tendo recebido como homenagem, seu nome na identificação do edifício sede do Ministério Público do Estado do Pará. O Ouvidor-Geral agradece a homenagem e ressalta a seriedade e importância de seu genitor, primeiro Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará. Traz a reflexão ao Colegiado, que em que pese os esforços do Ministério Público do Ministério Público do Estado do Pará, a realidade amazônica relacionada à exploração sexual de crianças e adolescentes e no âmbito ambiental, de exploração dos recursos naturais é latente, devendo ser objeto esforços de combate e políticas públicas do



Ministério Público brasileiro, em especial, do Ministério Público da Região Amazônica. O Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União pede vênias para render homenagens ao ex-Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, Marcos Antônio Ferreira das Neves, destacando sua luta em prol da capacidade eletiva passiva de Promotores de Justiça ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, uma vez que foi em seu mandato que os esforços foram direcionados à mudança da legislação. Informa que por sua dedicação, o ex-Procurador-Geral é homenageado, em reconhecimento ao destacado trabalho exercido como membro, à época, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPNG. Após a homenagem, o Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União contextualiza ao Colegiado que, como fruto de trabalho e pesquisa histórica do Ministério Público do Estado do Pará, identificou-se que a 1ª Constituição Republicana do Estado, em 22 de junho de 1891 criou o Ministério Público do Estado do Pará, sendo tal data inserida no calendário festivo da Instituição, sendo fruto de tal data, a “Medalha de 132 anos do Ministério Público do Estado do Pará”, aos quais foram homenageados na presente reunião extraordinária: O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Luciano Mattos de Souza, do Ministério Público do Trabalho, José de Lima Ramos, Subprocurador-Geral de Justiça-JI e ex-Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Cyro Terra Peres, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Pedro Maia Souza, os Conselheiros Nacionais do Ministério Público Antônio Edílio Magalhães, Fernando Silva Comim, Rodrigo Badaró e o Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho, Jeferson Coelho. Passadas as homenagens, o Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União registra a presença do Subprocurador-Geral de Justiça - JI, Antônio Eduardo Barleta de Almeida e da Subprocuradora-Geral de Justiça – TA, Ubiragilda Silva Pimentel. Passa a palavra ao Conselheiro Nacional Rodrigo Badaró, este agradece a acolhida e reforça a importância do evento à Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público, solicitando os bons préstimos de divulgação e participação dos integrantes do MP brasileiro no Fórum Permanente do Ministério Público do Meio Ambiente da Amazônia, promovido pela Comissão. Informa ainda, que emitiu proposta de Recomendação sobre o uso inteligente e seguro de inteligência artificial, no que solicita apoio de divulgação nas unidades ministeriais. O Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União pede adendo às homenagens efetuadas, para que os Procuradores-Gerais do Ministério Público do Estado do Ceará, Haley de Carvalho Filho e do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Alexandre Saltz, recebam a medalha comemorativa dos 132 anos do Ministério Público do Estado do Pará.



5. PAUTA DA REUNIÃO:

Após os registros preliminares, foi apresentada a pauta da reunião, cuja ata será lavrada na forma de sumário:

5.1. GRUPO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – GNDC/CNPG – VINCULAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS AO GRUPO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – GNDC E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO PERMANENTE. (Cleandro Alves de Moura – PGJ/PI – Presidente do GNDC).

Item retirado da pauta, considerando a ausência do Presidente do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor – GNDC/CNPG

5.2. GRUPO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – GNDC/CNPG - A) ATAS DE REUNIÕES, B) ENUNCIADOS, C) REGIMENTO INTERNO E NOTÍCIAS DO GNDC. (Cleandro Alves de Moura – PGJ/PI – Presidente do GNDC).

Item retirado da pauta, considerando a ausência do Presidente do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor – GNDC/CNPG

5.3. GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – GNDH/CNPG – OFÍCIO Nº 7/2024 –GNDH/CNPG – APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DO GNDH – MODALIDADE PRESENCIAL – PORTO ALEGRE/RS – 03 A 05 DE JULHO DE 2024. (Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior – PGJ/AM – Presidente GNDH).

O Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União faz informativo ao Colegiado, considerando que o Presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC/CNPG, Mário Sarrubo, assumiu a Secretaria Nacional de Justiça, que o Grupo Nacional também passa a ser presidido pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Alberto Rodrigues Nascimento Júnior. O Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos- GNDH/CNPG saúda aos presentes na pessoa do Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e anfitrião, informando ao Colegiado, que além do evento presencial a ocorrer em julho/2024, o GNDH/CNPG se reunirá de forma virtual em abril/2024. Passado a deliberação sobre as datas, fica sugerida a data de realização da Reunião Ordinária GNDH/CNPG, para o período de 04 a 06 de julho de 2024, aprovada pelo Colegiado por aclamação. Após deliberação, o Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/CNPG solicita fala, ressaltando que a pauta ambiental é extremamente importante para o Ministério Público do Amazonas, considerando que em que pese o Estado ainda possuir 96 por cento de sua floresta intacta, tem vivido situações como a fumaça que assolou o Estado no ano de 2023.



5.5. - OFÍCIO-CIRCULAR Nº 12/2024/CMA - CNMP – FÓRUM PERMANENTE DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS AMBIENTAIS DA AMAZÔNIA LEGAL – FOMPAL.

O Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União informa que o ofício circular objeto de pauta foi referendado pelo Conselheiro Rodrigo Badaró na abertura dos trabalhos da Reunião Extraordinária, sendo ainda direcionado a todas as unidades ministeriais. Passada a palavra ao Conselheiro Nacional, este reforça a necessidade de incentivo à participação no evento, inclusive com a indicação de pautas prioritárias. Solicitada a palavra pelo Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Alexandre Saltz, este sugere ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público que reative os grupos regionais de biomas que antes compunham a comissão temática do Conselho Nacional do Ministério Público. Passada a palavra ao Promotor de Justiça do Estado do Acre, Danilo Lovisaro do Nascimento, este observa que em anos anteriores, as cheias e transbordamentos de rios na Região Norte como um todo, mas em especial no Estado do Acre, ocorriam de forma espaçada, estando atualmente mais recorrentes, com o Estado passando por uma das maiores cheias de sua história, tendência que se confirma e que deve ser observada nas ações implementadas pelo Ministério Público em sua atuação no meio ambiente, buscando políticas preventivas e alternativas que respeitem as particularidades da Amazônia. Ressalta a ocupação nas margens dos rios e alerta ainda, que tais enchentes não atingem a estados isolados, por exemplo, no Rio Acre acaba ocasionando alagamentos no Estado do Amazonas.

6. O QUE OCORRER

O Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União passa a palavra ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima, Fábio Bastos Stica, que após cumprimentos, reforça a sugestão do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para criação de Grupos de Trabalho de biomas, considerando a necessidade de discutir políticas públicas ambientais que respeitem as particularidades das regiões, alertando inclusive, que a própria Amazônia possui inúmeros biomas que devem ser analisados e estudados de forma individualizada, considerando a complexidade dos problemas ambientais existentes e isolamento dos Estados que a compõem. O Presidente Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União registra a presença da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA, Rosa Egídia, da Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Pará e Primeira-Dama, Daniela Barbalho e do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Fernando Ribeiro, os quais realizam seus cumprimentos aos presentes, ressaltando a importância da Reunião Extraordinária. O representante da empresa VP América Latina Cellebrite – Eduardo Negreiros franqueia a palavra e apresenta ao Colegiado as ferramentas tecnológicas para segurança pública, investigação criminal tecnológica desenvolvidas pela empresa, que visam agilizar o trabalho dos Ministérios Públicos. Após apresentação, passada a palavra ao Procurador-



Geral de Justiça do Estado da Bahia, Pedro Maia, este cumprimenta aos presentes em nome do Procurador-Geral de Justiça anfitrião, César Bechara Nader Mattar Júnior, agradecendo a acolhida, ao Presidente da Ampep e da Conamp, aos Conselheiros do CNMP e em especial à ex-Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Norma Angélica Cavalcanti. Chama a atenção para item de pauta da última Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, onde o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, solicitou os bons préstimos deste Colegiado para atuação no combate ao crime organizado. Ressalta que o Estado da Bahia apresenta problemas recorrentes na área de segurança pública, com efetiva diminuição nos últimos dois anos, porém, ainda necessitando que atuações públicas e esforços efetivos de combate ao crime. Sugere que independente do Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado – GNCOC/CNPG trazer o tema em reuniões futuras, que seja objeto de pauta inicial nas demais Reuniões, sendo o Secretário Nacional Mário Sarrubo convidado a participar da próxima Reunião Ordinária, colocando-se a disposição dos grupos que tratam desse tema. Sugere o Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União que esta seja uma pauta permanente das reuniões futuras do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Passada a palavra ao Conselheiro Nacional Rodrigo Badaró, este informa que dentro das temáticas dos biomas, haverá a publicação de obra de lavra da Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público, relacionada a desastres ambientais e mudanças climáticas comprometendo-se o Conselheiro Nacional em criar grupo de trabalho com representantes de cada região do Brasil, visando discutir a proteção aos biomas. Cita ainda, que assinará Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade de São Paulo, tendo por objeto a troca de informações sobre crime ambiental e lavagem de dinheiro. Sobre o tema, o Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União informa ter efetuado contato com o Adido Norte-Americano, tratando sobre temas relacionados à lavagem de dinheiro, sendo inclusive convidado para discutir o combate à criminalidade na próxima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União em Brasília/DF. Franqueada a palavra ao Procurador-Geral de justiça do Estado do Rio de Janeiro, Luciano Mattos de Souza, este ressalta que o enfrentamento à criminalidade e reforço da segurança pública é impossível sem integração entre organismos de inteligências, Ministérios Públicos e demais órgãos de segurança, com atuação prioritária e interinstitucional. Solicitada a palavra pelo Presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC/CNPG, faz a sugestão de vice-presidência do Grupo Nacional ser composta pelos Procuradores-Gerais de Justiça do Estado do Acre e da Bahia, respectivamente Danilo Lovisaro do Nascimento e Pedro Maia Souza, sendo aprovado à unanimidade.

7. ENCERRAMENTO:



Nada mais havendo, eu, Érika Menezes de Oliveira, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, lavrei esta ata, a qual vai assinada por mim e pelos integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União que participaram da reunião (lista de presença).

CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR
Presidente do CNPG

ÉRIKA MENEZES DE OLIVEIRA
Secretária-Executiva do CNPG